

RELATÓRIO DE GESTÃO

2º Trimestre - 2026

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pelotas

1. OBJETIVO DO RELATÓRIO	2
2. PREVIDÊNCIA.....	2
2.1 DADOS DOS SEGURADOS.....	3
2.2 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	3
2.3 ATENDIMENTOS PREVPel PREVIDÊNCIA.....	3
2.4 RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	3
2.4.1 Execução da Receita	4
2.4.2 Execução da Despesa	4
2.5 RESULTADO FINANCEIRO	5
2.6 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL.....	5
2.6.1 Contribuição Patronal não Repassada	5
2.6.2 Parcelamentos da Contribuição Patronal.....	5
2.6.2.1 Demonstrativo dos Parcelamentos	6
2.6.3 Débito de Bloqueio Judicial	6
2.7 INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	6
2.8 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	7
2.9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7
2.10 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO PREVISTO NA AVALIAÇÃO ATUARIAL	7
3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	7
3.1 BENEFICIÁRIOS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	8
3.2 REDE CREDENCIADA.....	8
3.3 ATENDIMENTOS PREVPel SAÚDE.....	8
3.4 RECEITAS E DESPESAS.....	8
3.5. RESULTADO FINANCEIRO.....	9
3.6 DEMONSTRATIVO DAS AUDITÓRIAS ADMINISTRATIVAS	9
3.7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9
4. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	9
4.1 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	10
4.2 AÇÕES DE DIÁLOGO COM O SEGURADO E A SOCIEDADE	10

1. OBJETIVO DO RELATÓRIO

O presente relatório busca registrar as atividades planejadas e desenvolvidas pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pelotas – PrevPel – no segundo trimestre do exercício de 2026. O planejamento, peça integrante do Plano Plurianual e do Plano de Governo entre os anos de 2026 a 2029, é elaborado visando a melhor gestão do tempo e dos recursos da Autarquia, adequando-se à medida em que surgem novos desafios e metas a alcançar.

Com o objetivo de conferir transparência às ações desenvolvidas, aos métodos de trabalho adotados, aos processos de execução e de controle contábil-financeiro, bem como à situação atuarial, este relatório apresenta, de forma clara, sintética e objetiva, os resultados das atividades realizadas pela equipe. Seu conteúdo está alinhado à legislação vigente e orientado pela visão, missão e princípios institucionais do PrevPel.

2. PREVIDÊNCIA

Criado pela Lei Municipal nº 4.457, de 17 de dezembro de 1999, o PrevPel é a Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do Município, e como tal responsável pela concessão e manutenção dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte, nos moldes do art. 40 da Constituição Federal, combinado com o disposto no § 2º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

O elevado número de aposentadorias em manutenção quando da criação do PrevPel e o posterior crescimento da massa de servidores ativos e de beneficiários (aposentados e pensionistas), são as principais causas do déficit atuarial de nosso RPPS.

Esse déficit atuarial está equacionado atualmente através da Lei Municipal nº 7.277, de 28 de dezembro de 2023, pelo método da segregação de massas, nos moldes dos artigos 58 a 62 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, separando os segurados e pensionistas em dois planos de benefícios previdenciários, denominados Plano em Repartição e Plano em Capitalização, cuja composição, com base na data de corte de 30 de junho de 2023, nos seguintes moldes:

- Plano em Repartição: (a) servidores efetivos em atividade que na data de corte contassem com idade maior do que 45 anos completos; (b) aposentados que na data de corte contassem com idade menor do que 75 anos completos; e (c) pensionistas cujo benefício viesse a ser instituído após a data de corte por óbito de servidores integrantes do Fundo em Repartição.

- Plano em Capitalização: (a) servidores efetivos em atividade que na data de corte contassem com idade inferior ou igual a 45 anos completos; (b) servidores efetivos que ingressassem no serviço público municipal após a data de corte; (c) aposentados que na data de corte contassem com idade superior ou igual a 75 anos completos; e (d) pensionistas em gozo do benefício na data de corte e os pensionistas cujo benefício viesse a ser instituído após a data de corte por óbito de servidores integrantes do Fundo em Capitalização.

É apresentado a seguir o resultado do trabalho voltado a atender às disposições das normas acima referidas, desenvolvido no âmbito da Autarquia durante o segundo trimestre do exercício de 2026, bem como a análise das contas do RPPS com dados referentes à avaliação do equilíbrio financeiro, comunicação de insuficiência e conformidade dos repasses do Ente Federativo para o cumprimento das obrigações constitucionais do RPPS.

2.1 DADOS DOS SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS

Segurados e Beneficiários	Plano em Repartição	Plano em Capitalização	Total
Ativos	2.894	4.485	7.379
Aposentados	2.330	424	2.754
Pensionistas	27	467	494
Total	5.251	5.376	10.627

2.2 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Até o encerramento do segundo trimestre de 2026, observou-se um volume expressivo de processos de inativações de segurados vinculados ao Plano em Repartição, em comparação ao Plano em Capitalização. Esse comportamento está em consonância com as projeções apresentadas no Relatório de Avaliação Atuarial, reforçando a necessidade de revisão periódica da segregação de massas como mecanismo de mitigação do déficit atuarial projetado e de promoção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime, conforme demonstrado a seguir.

Benefício	Plano em Repartição		Plano em Capitalização	
	Aposentadoria	Pensão	Aposentadoria	Pensão
Janeiro	8	-	-	-
Fevereiro	20	1	-	-
Março	16	-	-	6
Abril	16	-	-	2
Maio	15	-	1	2
Junho	21	-	-	2
Total	96	1	1	12

2.2 Atendimentos Previdência

Modalidade	Abril	Maio	Junho	Total
Presencial	898	946	997	2.841
Whatsapp	1.038	1.094	1.153	3.285
Diversos	94	99	95	288
Total	2.030	2.139	2.245	6.414

2.3 RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

De acordo com o art. 81 da Portaria MTP nº 1.467, de 2022, são considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS.

2.3.1 Execução da Receita¹

Receita	Plano em Repartição	Plano em Capitalização
Prevista	99.775.256,00	134.317.671,82
Realizada	40.651.238,61	40.322.359,41
A realizar	-59.124.017,39	93.995.312,41
Execução da receita	40,74%	30,02%

2.3.1.1 Detalhamento da Receita Arrecadada¹

Receita	Plano em Repartição	Plano em Capitalização
Contribuição Segurados	17.710.499,20	16.846.637,50
Contribuição Patronal	21.298.933,06	17.966.557,07
Contribuição patronal parcelamentos	0,00	0,00
Compensação previdenciária	1.576.754,37	0,00
Remuneração depósitos bancários	64.299,15	2.873.043,18
Outras receitas	752,85	2.636.121,66
Total Orçamentária	40.651.238,63	40.322.359,41
Remuneração depósitos bancários	0,00	23.920.764,59
Total Receita Extra-Orçamentária	0,00	23.920.764,59
TOTAL GERAL DA RECEITA	40.651.238,63	64.243.124,00

Ao analisar o comportamento da receita, verifica-se que, no Plano em Repartição, a arrecadação realizada tem ficado abaixo da previsão. Em contrapartida, no Plano em Capitalização, observa-se um desempenho favorável, impulsionado pelo expressivo volume de rendimentos provenientes dos investimentos.

2.3.2 Execução da Despesa

Despesa	Plano em Repartição	Plano em Capitalização
Prevista	154.100.000,00	134.317.671,22
Empenhada	63.240.323,62	18.326.578,16
Liquidada	61.296.338,92	18.294.158,16
Execução da despesa	39,77%	13,62%

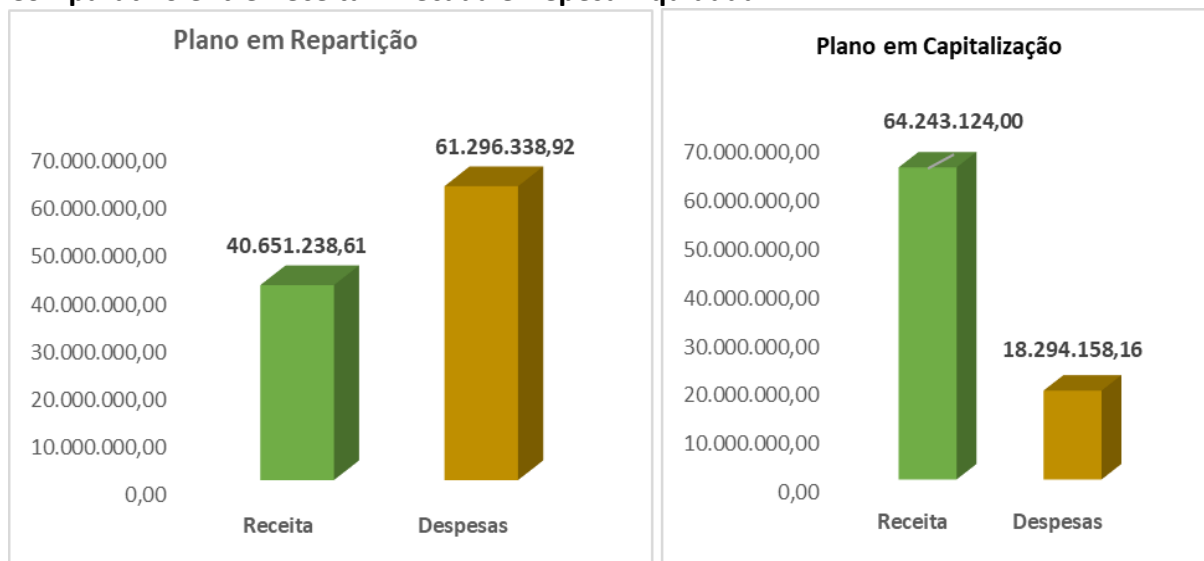
2.4.1.2 Detalhamento da Execução da Despesa²

Despesa	Plano em Repartição	Plano em Capitalização
Aposentadorias	59.894.887,10	10.580.213,26
Pensões	358.436,52	7.707.908,39
Compensação previdenciária	1.043.015,20	0,00
Sentenças judiciais	0,00	6.036,51
Encargos Pasep	0,00	0,00
Serviços de corretagem	0,00	0,00
Total	61.296.338,82	18.294.158,16

2.4 RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro	Plano em Repartição	Plano em Capitalização
Receita	40.651.238,61	64.243.124,00
Despesas	61.296.338,92	18.294.158,16
Resultado	-20.645.100,31	45.948.965,84

Comparativo entre Receita Arrecada e Despesa Liquidada



Os demonstrativos acima retratam a relação entre a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada do RPPS no âmbito da segregação de massas. Considerando as características estruturais do Plano Financeiro, organizado sob o regime de repartição simples, não há constituição de reservas financeiras que possibilitem a obtenção de receitas provenientes de aplicações financeiras.

Soma-se a isso o fato de que o referido plano suporta o pagamento mensal de **2.347 benefícios**, quantitativo significativamente superior aos **891 benefícios** vinculados ao Plano Previdenciário (regime de capitalização), o que amplia a pressão sobre seu equilíbrio financeiro e explica a maior necessidade de cobertura de suas despesas correntes.

2.5.1 A Contribuição Patronal, de caráter obrigatório, instituída pela Lei Municipal nº 7.277, de 2023, constitui fonte de custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), destinada ao financiamento do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário municipal, assegurando a cobertura dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte devidos aos servidores públicos municipais e seus dependentes, nos termos da legislação aplicável.

2.5.2 Contribuição Patronal não Repassada em 2024

A contribuição patronal devida pelo ente ao RPPS não foi repassada no exercício de 2024, no período compreendido entre março e outubro, resultando na constituição de um passivo previdenciário no montante de R\$ 17.378.874,63, em valores históricos (à época), perante o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Somam-se a esse montante as contribuições previdenciárias referentes a exercícios anteriores que não foram devidamente repassadas, as quais foram objeto de Termos de Parcelamento, posteriormente inadimplidos em razão da interrupção dos respectivos pagamentos. Assim, apresenta-se, a seguir, o montante consolidado da dívida decorrente das contribuições patronais não repassadas pelo ente.

2.5.3 Parcelamentos da Contribuição Patronal

Parcelamentos anteriores à Segregação de Massas					
Nº do Termo	Competência	Parcelas não pagas	Valor devido R\$	Fundo em Repartição	Fundo em Capitalização
00239/2020	08/19 a 13/19	15/60	5.735.675,22	2.860.381,23	2.875.293,99
00016/2020	06/20 a 10/20	11/50	427.199,23	213.044,26	214.154,97
00017/2021	06/20 a 13/20	21/60	10.120.749,64	5.047.217,85	5.073.531,79
00043/2023	07/22 a 12/22	46/60	22.293.882,06	11.117.958,98	11.175.923,08
00187/2024	05/23 a 12/23	60/60	36.506.059,69	18.205.571,97	18.300.487,72
TOTAL DEVIDO			75.083.565,84	37.444.174,29	37.639.391,55
<i>OBS:Valores atualizados até 21/07/2026</i>					
Parcelamentos posteriores à Segregação de Massas					
Nº do Termo	Competência	Parcelas não pagas	Valor total devido R\$	Fundo em Repartição	Fundo em Capitalização
00441/2024	03 a 10/20 24	60/60	21.442.150,57	-	21.442.150,57
<i>OBS:Valores atualizados até 21/07/2026</i>					
Contribuição Suplementar - Lei nº 7.121/2022					
Nº do Termo	Competência		Valor total devido R\$	Fundo em Repartição	Fundo em Capitalização
ARE 272/2025	02/23 a 07/24	Câmara	34.439,04		34.439,04
		SANEP	310.799,69		310.799,69

	Executivo	2.628.366,33		2.628.366,33
	TOTAL DEVIDO	2.973.605,06		2.973.605,06
TOTAL DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA			99.499.321,47	

É necessário esclarecer que a partir da segregação da massa instituída pela Lei Municipal nº 7.277, de 2023, os débitos parcelados, até presente data, também foram segregados, tocando 50,13% dos parcelamentos ao Plano em Capitalização e 49,87% no Plano em Repartição.

2.5.4 Débito de Bloqueio Judicial

A Prefeitura Municipal de Pelotas, em outubro de 2021, firmou com o Prevpel um Termo de Compromisso para ressarcimento, em 48 parcelas atualizadas mensalmente, do valor de R\$ 9.510.058,44 (nove milhões, quinhentos e dez mil, cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) de conta do Prevpel expropriados por decisão judicial para complementar a folha de pagamento dos servidores ativos, relativa ao mês de setembro de 2019.

Nº do Processo	Parcelas não pagas	Valor da parcela R\$	Valor total devido R\$
9007193-21.2019.8.21.0022	08	327.714,30	2.261.714,38

2.6 INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

O Plano em Repartição, estruturado em regime de repartição simples (regime de caixa), apresenta insuficiência financeira.

Assim, além do repasse das alíquotas de custeio normal, necessita o Município, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, aportar recursos para cobertura dessa insuficiência financeira, de modo a honrar a folha de pagamentos dos benefícios.

Valor da Insuficiência Financeira até o segundo trimestre – Plano em Repartição

VALOR DA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - PLANO EM REPARTIÇÃO					
Mês	Nº	Receitas	Despesas	Resultado	Vlr Repassado pelo Ente
Competência	Benefícios				
Janeiro	2.269	6.565.210,85	10.392.246,01	-3.827.035,16	3.827.035,16
Fevereiro	2.302	6.991.204,42	9.882.705,78	-2.891.501,36	2.891.501,36
Março	2.297	7.163.505,45	10.032.428,05	-2.868.922,60	2.868.922,60
Abril	2.316	6.556.752,79	10.316.775,24	-3.760.022,45	3.760.022,85
Mai	2.316	7.287.187,39	10.290.885,90	-3.003.698,51	3.003.698,51
Junho	2.337	7.072.709,82	10.329.882,31	-3.257.172,49	3.257.172,49
Total	13.837	41.636.570,72	61.244.923,29	-19.608.352,57	19.608.352,97

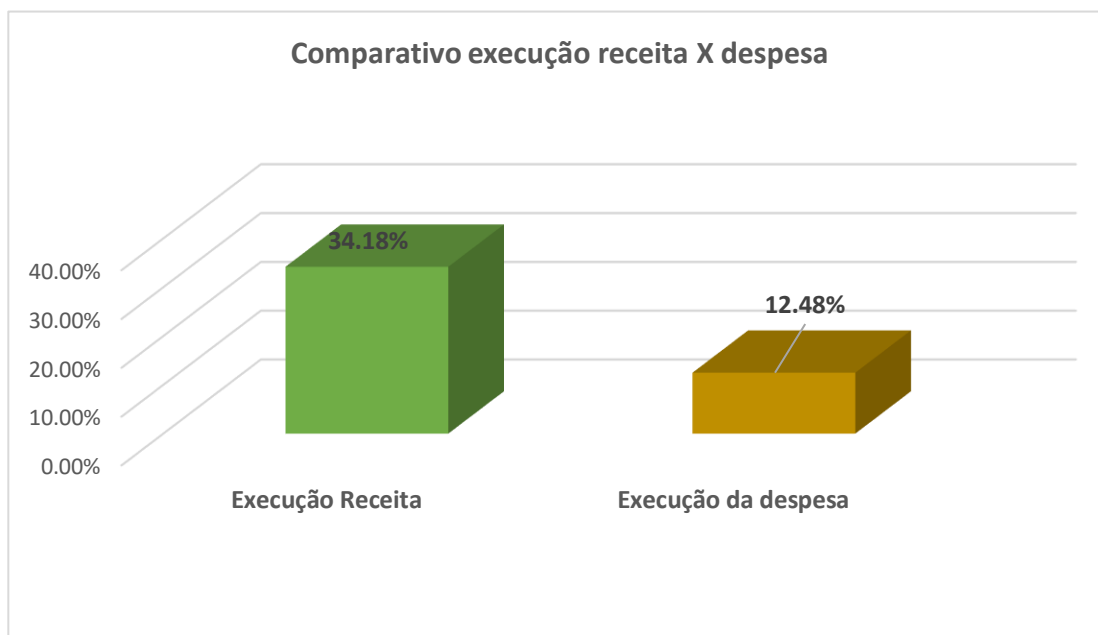
2.7 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração, instituída pelo art. 9º da Lei Municipal nº 7.277, de 2023, é destinada ao financiamento das despesas correntes e de capital do RPPS, contando com dotação orçamentária específica. Os recursos correspondentes, bem como os rendimentos por eles auferidos, são aplicados e acompanhados pelo Comitê de Investimentos.

Execução Orçamentária da Taxa de Administração

<u>Receita</u>		<u>Despesa</u>	
Prevista	11.500.000,00	Prevista	11.500.000,00
Realizada	3.930.782,06	Liquidada	1.435.443,83
A realizar	-7.569.217,94	A Realizar	-10.064.556,17
Execução Receita	34,18%	Execução da despesa	12,48%

Execução Receita	34,18%
Execução da despesa	12,48%



Da análise dos dados apresentados, verifica-se que a receita efetivamente arrecadada a título de taxa de administração superou, de forma expressiva, o montante das despesas liquidadas até o encerramento do 2º trimestre, evidenciando a geração de resultado financeiro superavitário no período. Tal desempenho reflete a adoção de medidas de gestão fiscal e de racionalização das despesas pelo Instituto, contribuindo para o equilíbrio entre receitas e gastos e para a eficiência na execução orçamentária.

2.8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Ao final do 2º trimestre de 2026, o Ativo Financeiro foi precificado em R\$ 777.686.205,80 (setecentos e setenta e sete milhões, sesicentos e oitenta e seis mil duzentos e cinco reais e oitenta centavos) sendo assim distribuídos: * Plano Previdenciário R\$ 765.538.394,22;* Plano Financeiro R\$ 5.927.619,71;*Taxa de Administração R\$ 6220.191,87 e Conta Corrente R\$19.450,80.

Rendimentos do período

MÊS	SALDO RPPS	Rendimentos do mês	Rentabilidade Atingida	Rentabilidade Acumulada	Meta Atuarial Acumulada IPCA+5,75%
Janeiro	R\$ 714.402.429,69	R\$ 8.237.097,86	1,17%	1,17%	0,80%
Fevereiro	R\$ 725.556.245,43	R\$ 7.398.815,74	1,03%	2,21%	1,98%
Março	R\$ 742.201.593,91	R\$ 8.490.348,49	1,16%	3,39%	3,36%
Abril	R\$ 753.748.680,97	R\$ 8.827.087,06	1,18%	4,62%	4,53%
Mai	R\$ 760.741.302,37	R\$ 8.093.621,40	1,08%	5,74%	5,63%
Junho	R\$ 777.686.205,80	R\$ 6.216.621,45	0,81%	6,59%	6,29%
		R\$ 47.263.592,00			

Os recursos dos planos de benefícios apresentaram rentabilidade acumulada de 6,59% no período, gerando resultado de R\$ 47.263.592,00 (quarenta e sete milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e noventa e dois reais). Tal desempenho é considerado satisfatório frente às condições prevalecentes nos mercados doméstico e internacional.

2.9 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO PREVISTO NA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Conforme Avaliação Atuarial realizada na data focal de 31/12/2025, em virtude de ter sido apurado um resultado de superávit atuarial pleno para o Fundo em Capitalização do PREVPEL, no encerramento do exercício, ou seja, o valor dos bens e direitos do RPPS são superiores ao passivo atuarial (provisões matemáticas), não há a necessidade de se estabelecer plano de equacionamento de déficit atuarial.

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Lei Municipal nº 4.457, de 1999, em seu art. 6º, inclui entre as competências do PREVPEL a administração do Fundo de Assistência Médica dos Servidores Municipais - FAM - criado pela Lei Municipal nº 1.984, de 7 de julho de 1972, plano de saúde suplementar sob o regime de autogestão.

O universo de beneficiários do Fundo de Assistência Médica, bem como da rede credenciada administrada pelo PrevPel Saúde está identificada a seguir:

3.1 BENEFICIÁRIOS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

3.1.1 Quantitativo de Beneficiários do Fundo de Assistência Médica

Identificação	Abril	Mai	Junho	Total Trimestre
Titular	9.665	9.556	9.556	28.777
Dependente	8912	8917	8917	26.746
Total /mês	18.577	18.473	18.473	55.523

Ao analisar a composição dos beneficiários no segundo trimestre, verifica-se que os titulares correspondem a 51,83% do total de usuários do FAM, enquanto os dependentes representam 48,17% desse universo.

3.2 REDE CREDENCIADA

Quantitativo de Credenciados

Identificação	Abril	Mai	Junho
Médico	198	198	198
Dentista	40	40	40
Nutricionista	16	16	16
Fisioterapia	13	13	13
Hospitais	5	5	5
Pronto atendimento	4	4	4
Laboratório de análises clínicas	15	15	15
Laboratório de análises patológicas	1	1	1
Diagnóstico por imagem	20	20	20
Diagnóstico odontológico	2	2	2
Diagnóstico por vídeo	4	4	4
Diagnóstico cardiovascular	3	3	3
Diagnóstico oftalmológico	3	3	3
Rede Credenciada	324	324	324

3.3 ATENDIMENTOS PREVPEL SAÚDE

Quantitativo de atendimentos no Prevpe

Identificação	Abril	Mai	Junho	Total Trimestre
Presencial	558	537	424	1.519
Whatsapp	1454	1347	1140	3.941
E-mail	468	404	295	1.167
Total /mês	2.480	2.288	1.859	6.627

3.4 RECEITAS E DESPESAS

Execução Orçamentária

Receita		Despesa	
Prevista	26.539.400,00	Prevista	26.539.400,00

Realizada	14.580.490,41	Liquidada	8.369.982,05
A realizar	11.958.909,59	A executar	18.169.417,95
Execução da Receita	54,93%	Execução da Despesa	31,54%

3.5. RESULTADO FINANCEIRO

Comparativo entre receita arrecadada e despesa liquidada

Receitas Realizada	14.580.490,41
Despesas Liquidada	8.369.982,05
Resultado no trimestre	6.210.508,36



Conforme análise do comportamento entre a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o 2º trimestre, constata-se que o ingresso de recursos foi superior aos gastos no trimestre, o que permitiu a aplicação do excedente em investimentos.

3.6. DEMONSTRATIVO DAS AUDITORIAS ADMINISTRATIVAS:

Auditorias realizadas nos procedimentos

Período	Identificação	Requerido		Glosado		Homologado	
		Quantidade	Valor R\$	Quantidade	Valor R\$	Quantidade	Valor R\$
Janeiro	Pessoa Física	2.402	R\$ 199.229,74	6	R\$ 215,00	2.396	199.014,74
	Pessoa Jurídica	22.041	R\$ 756.325,67	134	R\$ 4.778,04	22.069	751.547,63
	Hospitais	1.805	R\$ 407.314,37	162	R\$ 25.846,03	1.643	381.468,34

Fevereiro	Pessoa Física	2.193	R\$ 188.180,48	7	R\$ 301,70	2.186	187.878,78
	Pessoa Jurídica	20.064	R\$ 695.060,02	91	R\$ 3.991,68	20.132	691.068,34
	Hospitais	1.419	R\$ 378.615,20	159	R\$ 24.352,58	1.260	354.262,62
Março	Pessoa Física	3.194	R\$ 286.877,77	11	R\$ 700,00	3.183	286.177,77
	Pessoa Jurídica	24.289	R\$ 910.477,83	279	R\$ 30.370,39	24.011	879.125,41
	Hospitais	2.337	R\$ 498.796,66	177	R\$ 17.445,61	2.161	487.021,63
Abril	Pessoa Física	2951	R\$ 272.579,09	21	R\$ 920,00	2930	271.659,09
	Pessoa Jurídica	24306	R\$ 849.378,10	188	R\$ 3.635,30	24118	R\$ 845.742,80
	Hospitais	2141	R\$ 482.862,01	145	R\$ 36.982,13	1996	R\$ 445.879,88
Maio	Pessoa Física	2930	R\$ 283.845,91	11	R\$ 482,00	2919	R\$ 283.363,91
	Pessoa Jurídica	21742	R\$ 913.073,10	158	R\$ 3.746,41	21744	R\$ 909.326,69
	Hospitais	2471	R\$ 505.973,30	160	R\$ 23.691,28	2311	R\$ 482.282,02
TOTAL ATÉ 2º TRIMESTRE		136.285	R\$ 7.628.589,25	1.709	R\$ 177.458,00	135.059	R\$ 7.455.820

As auditorias administrativas que ocorrem nos procedimentos do FAM, resultaram em uma economia nos recursos financeiros , no valor de **R\$ 177.458,00** (cento e setenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais) para o FAM, através de através das glosas quando necessárias.

3.6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O Fundo de Assistência Médica conta com recursos aplicados num montante de **R\$ 41.000.271,55** (quarenta e um milhões, duzentos e setenta e um mil e cinquena e cinco centavos) tendo alcançado uma rentabilidade acumulada até o 2º trimestre de **R\$ 2.762.926,61** (Dois milhões, setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos), sendo que do total aplicado **12.100.060,77** (Doze milhões, cem mil , sessenta reais e setenta e sete centavos) estão alocados em um Fundo de Investimento com carência de movimentação somente em 15 de julho de 2027.

4. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A educação previdenciária diz respeito ao conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do ente federativo, da unidade gestora do RPPS, aos segurados e beneficiários em geral (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao RPPS, a respeito de assuntos relativos à compreensão do direito à previdência social e de seu papel como política pública, à gestão, governança e controles do RPPS nos seus mais variados aspectos (gestão de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças, estruturas internas e externas de controle, dentre outros).

4.1. Ações de Capacitação

Identificação	Período	Participantes
Capacitação para Agente de Contratação/Pregoeiro	09 e 10 de fevereiro	2
1º Simpósio Gaúcho de Mulheres do RPPS	09 de março	2
Treinamento Presencial RPPS – 2ª Edição	11 e 12 de março	5
Audiência Pública	08 de abril	56
Oficina Técnica Previdenciária - 3ª edição	16 e 17/04/26	4
XXXIV Seminário de Previdência Pública	06, 07 e 08/05/26	14
Prevpel Itinerante	14 de maio	69
Curso de Capacitação em Controles Internos para Servidores e Conselheiros do RPPS	19 e 20/05/26	1
Encontro Regional TCE com o Legislativo sobre RPPS e Reforma Administrativa	28 de maio	15
Curso o Sistema de Licitação e Licitação Obras: Informações e documentos de cadastramento obrigatório e os prazos a serem observados	16 e 17/06/26	1
Curso Contabilidade Aplicada a RPPS	16 e 17/06/26	1
Seminário NESPREV	1 e 02/07/26	1
1ª Conferência Gaúcha de COMPREV & CTC	21 e 22/07/26	4
TOTAL PARTICIPANTES ATÉ O 2º TRIMESTRE		175

4.2 Ações de Diálogo com o Segurado e a Sociedade

Identificação	Período	Participantes
Janeiro Branco “ O mundo pede por Saúde Mental”	22 de janeiro	112
I Seminário Sul Brasileiro de Assistência à Saúde	26 de março	102
Dia Internacional da Mulher	08 de março	
Saúde e Segurança do Trabalhador	11 de maio	26
Cine SAMPEL	29 de maio	58
Arraiá do SAMPEL	17 de junho	46
TOTAL PARTICIPANTES ATÉ O 2º TRIMESTRE		344

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que, ao final do 2º trimestre de 2026, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pelotas desenvolveu suas atividades de forma comprometida com a qualidade do atendimento aos segurados, priorizando ações voltadas ao cuidado, à transparência e à eficiência na gestão previdenciária. As iniciativas implementadas demonstraram responsabilidade na aplicação dos recursos previdenciários, observando os princípios da legalidade, economicidade e sustentabilidade financeira do regime próprio de previdência.

Da mesma forma, a administração dos recursos do Fundo de Saúde ocorreu de maneira criteriosa e responsável, buscando garantir a continuidade dos serviços, a qualidade do atendimento e o equilíbrio financeiro necessário para atender às demandas dos beneficiários.

Pelotas, 18 de maio de 2026.

¹ Fonte: Relatórios de Receita do Sistema de Informações Municipais (SIM) – 04.03.99.01.01

² Fonte: Relatório de Despesa do Sistema de Informações Municipais (SIM) - 04.03.99.02.01

³ Fonte: Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV